

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA REGIÃO DE OURINHOS – SP – Brasil: DINÂMICA SOCIOPRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

THE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS IN THE OURINHOS GOVERNMENT REGION - SÃO PAULO - BRAZIL: SOCIO-PRODUCTIVE DYNAMIC AND TERRITORIAL DEVELOPMENT

Lucas Labigalini Fuini

Universidade Estadual Paulista – SP – Brasil

Ivana Iyulka Hori

Universidade Estadual Paulista – SP – Brasil

Resumo: Este artigo busca desenvolver uma análise sobre as evidências territoriais da discussão sobre Arranjos Produtivos Locais, os APLs, utilizando como escala espacial de análise o regional, mais precisamente a Região de Governo de Ourinhos. Forma de organização industrial emergente nos anos 1990, os APLs expressam concentrações localizadas de empresas especializadas em mesmo ramo de atividade e que estabelecem parcerias entre si e com outras instituições, tendo impactos variáveis sobre o desenvolvimento e a governança das localidades. Longe de esgotar esse debate, consideramos o modelo de APLs como uma estratégia específica de desenvolvimento para os territórios e seus pequenos negócios, apesar de suas fragilidades operacionais institucionais e financeiras. Além disso, colocamos como hipótese de trabalho que existem aglomerações e APLs potenciais na região de Ourinhos que ainda são desconhecidos e não receberam aporte institucional e financeiro do Estado, ficando à margem dos benefícios econômicos do desenvolvimento local, pois que se encontram desorganizados ou organizados precariamente. Rastreamos o quadro nacional e local de políticas para arranjos e aglomerações produtivas, acentua-se o viés do desenvolvimento em APLs como aquele pautado em recursos, instituições e redes locais, dependentes, no entanto, das escalas maiores de ação governamental. Posto isso, propomos uma metodologia de análise alicerçada em pesquisa de dados documentais e estatísticos (IBGE e RAIS), propondo uma investigação à luz dos objetivos de identificar as principais aglomerações industriais presentes na região estudada, reconhecendo sua dinamicidade para as economias locais e a pertinência ou não de se considerar algumas aglomerações industriais como APLs.

Palavras-chave: Arranjos produtivos locais, aglomerações, desenvolvimento territorial, Região de Governo, Ourinhos.

Abstract: This article seeks to develop an analysis of the territorial evidences of discussion on local productive arrangements, those clusters, using as spatial scale of the regional analysis, more precisely the Ourinhos Government Region. Form of industrial organization emerging in the 1990s, the APLs express localized concentrations of specialized companies in the same industry and establishing partnerships among themselves and with other institutions, with varying impacts on the development and governance of cities. Far from exhausting this debate, we consider the model of APL as an alternative strategy for the development of territories and their small businesses, despite their financial and institutional weaknesses. Also, put hypothesized that there are potential clusters and agglomerations in the Ourinhos region that are still unknown and did not receive institutional and financial contribution of the state, staying on the sidelines of the economic benefits of local development, for which they are poorly organized or disorganized. Tracing the

framework of national and local policies to arrangements and productive agglomerations, accentuates the way of development in clusters like that guided resources, institutions and local networks, dependent, however, the larger scales of government action. That said, we propose a methodology of analysis grounded in documentary and statistical data research (IBGE and RAIS) seeking to achieve the objectives of identifying the major industrial clusters in the region studied, recognizing its dynamism to local economies and relevance or not to consider some regional industrial agglomerations as APLs.

Keywords: Local Productive Arrangements, agglomerations, territorial development, Government Region, Ourinhos.

INTRODUÇÃO

No presente artigo exploraremos parcialmente o quadro constitutivo dos APLs e sua realidade territorial no Brasil, mais especificamente na Região de Governo³ de Ourinhos (RGO). A escolha pela análise de APLs decorre de sua presença recente em planos e políticas de apoio à indústria e ao desenvolvimento regional, e também por sua recorrente presença na análise científica, às vezes sem a devida análise crítica.

A opção por se fazer um estudo de caso da RGO decorre da iniciativa recente de formação de um APL na região (Couro e calçados de Santa Cruz do Rio Pardo) e das recentes informações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que associa esse trecho do Estado de São Paulo à estagnação econômica, ao contrário de suas regiões vizinhas de Assis, Marília, Bauru e Avaré, tidas como de alta renda. A totalidade de seus doze municípios, indica o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), é classificada como de nível de riqueza baixo e desfavorecidos. Esse quadro nos suscita os seguintes questionamentos: Existem aglomerações industriais expressivas na RGO e que podem se tornar APLs; e, se existem, por que não recebem apoio, considerando o quadro de precariedade econômica regional?

Trabalhamos com duas hipóteses principais neste artigo: que os APLs configuram realidades territoriais novas para as regiões em que se manifestam, representando possibilidades de construção de abordagens científicas integradoras e sistêmicas e de pactos inéditos entre atores públicos, privados e da sociedade civil. Posto isso, outra hipótese que exploraremos é que na RGO existem APLs embrionários e potenciais que ainda não foram ativados devido à carente

³ As regiões de governo são subunidades de regionalização utilizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, sendo menores que as regiões administrativas. São utilizadas para fins estatísticos, conforme dados e pesquisas do Seade (Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo), e para o planejamento e execução de políticas públicas. As regiões administrativas e de governo são compostas por um agrupamento de municípios geograficamente próximos e que compartilham elementos econômicos e sociais comuns, além de fazerem parte da área de influência de determinada cidade, considerada polo da região administrativa e/ou de governo. O Estado de São Paulo possui atualmente 15 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo. A Região de Governo de Ourinhos possui 12 municípios e faz parte da Região Administrativa de Marília, que é composta por 51 municípios.

articulação socioinstitucional e de fomento, nos âmbitos local e estadual, para seu desenvolvimento.

A presente análise se inspira nos aportes de método da crítica dialética, reconhecendo que as abordagens em APLs trazem contradições inerentes à sua natureza setorial e corporativa, além dos contributos teóricos da Escola da regulação, sobretudo no entendimento de que os APLs e sua dinâmica territorial são expressões, em menor escala, de um regime de acumulação e de um modo de regulação, sendo, portanto, um fenômeno de coordenação parcial e provisório, um bloco socioterritorial (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990).

Entendemos o desenvolvimento dos territórios como continente e conteúdo específico associado ao processo de melhoria das condições econômicas, políticas e sociais locais e regionais, envolvendo um processo de melhoria da renda, do bem-estar social e da participação da comunidade na tomada de decisões na coletividade, além de imprescindir da inserção do Estado e de sua estrutura político-administrativa na aplicação de investimentos e estímulos que favoreça a dinâmica econômica local (PIRES; MULLER; VERDI, 2006). Trata-se, antes de tudo, de um processo de mudança que se concretiza pela territorialização das atividades, indivíduos e grupos em um lugar, fortalecendo a identidade material e imaterial e a ampliação das oportunidades para os atores locais (HAESBAERT, 2006).

A metodologia utilizada parte de uma retomada da abordagem de APLs e de seus referenciais conceituais centrais, subsidiando o entendimento da política brasileira de desenvolvimento inspirado nesses modelos para, a partir desse quadro normativo, pensarmos no caso específico da RGO. Na primeira parte elencaremos os principais elementos definidores de APLs, para em seguida apresentarmos exemplos de atuação dessa ferramenta em políticas públicas de desenvolvimento territorial. Na terceira parte reconheceremos na região de Ourinhos uma dinâmica produtiva reveladora de aglomerações e APLs, mensurando sua existência e, de forma relativa, seu impacto sobre as economias locais.

O conceito de APL e a perspectiva do desenvolvimento territorial no Brasil

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) surgiram em um esforço teórico para compreender os modelos de aglomerações produtivas de pequenas empresas e sistemas produtivos territorializados, como os Distritos Industriais italianos (BECATTINI, 1994) e os Clusters industriais (PORTER, 1989), à luz da realidade brasileira. Trata-se também de uma medida de ação governamental de estímulo ao desenvolvimento econômico territorial das localidades, combinando a reativação de economias de aglomeração com o suporte das vocações regionais.

O conceito de APL foi inicialmente sistematizado no Brasil por um grupo de pesquisadores reunidos na REDESIST (Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ), sendo posteriormente incorporado nas propostas de órgãos como o Sebrae e o BNDES. Esse grupo define os APLs como:

Aglomerções territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também as diversas outras instituições públicas e privadas. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 10-11).

Outra definição é trabalhada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por alguns de seus pesquisadores (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004), que definem, preliminarmente, os APLs como uma concentração geográfica de empresas e de outras instituições que se relacionam em um setor particular e que se caracterizam e se diferenciam devido à existência de vantagens competitivas locais, como a presença de infraestrutura logística, serviços de treinamento e formação, laboratórios e universidades, formas de cooperação e governança, entre outras vantagens.

A discussão sobre APLs, bem como sobre seus formatos similares e precedentes na literatura sobre Distritos, *Clusters* e Meios Inovadores (BENKO, 1996), se movimenta sobre o contexto histórico e paradigmático da "acumulação flexível". Nesse sentido, os APLs são desígnios da flexibilidade que ocorre nas seguintes áreas:

- Flexibilidade do trabalho: é muito comum em formatos de aglomeração de pequenas empresas a pré-existência de formas e tipos de trabalho de sistemas pré-industriais e semiartesanais, como a subcontratação de trabalho em domicílio. Esse resíduo econômico permanece em importância nessas aglomerações devido aos diferenciais competitivos obtidos pela redução de custos de produção e também pela fraca tradição sindical de muitas regiões produtoras. Tais aspectos implicam riscos à proteção e à cobertura social do emprego, aquilo que Antunes (1996) denomina de "precarização do trabalho". No entanto, o aspecto positivo da flexibilidade do trabalho é sua rápida capacidade adaptativa à inovação tecnológica e organizacional e facilidade de abertura de novos empreendimentos e geração de postos de trabalho, destacando o emprego feminino em segmentos da indústria têxtil e calçadista;
- Flexibilidade produtivo-organizacional: Pequenos estabelecimentos podem se inserir em redes mais amplas de produção, comercialização, distribuição, incluindo nessas redes os mecanismos e contratos de subcontratação, terceirização, empréstimos e assistência tecnológica. Isso pode surgir como solução ao empresário, na medida em que permite a ele dar respostas mais rápidas ao quadro

econômico conjuntural e obter benefícios e externalidades do entorno territorial. No entanto, essa flexibilidade pode significar uma dependência crescente das grandes redes de revenda varejista/atacadista ou de grandes empresas e grupos que controlam mercados e cadeias de insumos, acelerando a redução das margens de lucros e a instabilidade econômica de pequenos negócios a oscilar conforme a demanda concentrada.

- Flexibilidade público-estatal: pelo prisma da descentralização político-administrativa, a flexibilidade se expressa na maior capacidade local de oferecer estímulos à sua população e às suas atividades econômicas, tornando mais eficiente a identificação de potencialidades, oferta de estímulos e acompanhamento de processos. Tal descentralização, se eficiente, depende da capacitação técnica, política e institucional local para controlar fluxos e distribuí-los. Essa articulação socioinstitucional seria vantajosa no sentido de permitir construir acordos e pactos de cooperação para o desenvolvimento local, estimulando o diálogo e a definição de metas. No entanto, se entendermos a flexibilidade enquanto crise do Estado em suas diversas escalas e esferas de atuação e em sua capacidade de realizar investimentos e oferecer serviços, torna-se praticamente inviável, sobretudo em países periféricos, se pensar em políticas de estímulo às economias locais e aos APLs sem os esforços iniciais de identificação, delimitação e aporte técnico e financeiro.

Esse conjunto de *flexibilizações* marcaram profundamente a organização espacial da indústria, conferindo às expressões empíricas em APLs e aglomerados industriais de pequenas empresas a característica de já nascerem estruturados como redes de empresas e concentrações de empresas em rede, por conta das várias *linkages* comerciais, informacionais, financeiras, tecnológicas, políticas (*circulação*) nos quais se envolvem por conta da interdependência econômica e política nas quais estão envolvidas, sobretudo na definição de uma economia global como nova realidade histórica marcada pela capacidade institucional, organizacional e tecnológica de seus componentes centrais (*mercados financeiros, mercados de bens e serviços, blocos regionais, grupos empresariais multinacionais, produção informacional da ciência e tecnologia, mão de obra*) de trabalharem em escala planetária e em unidade de tempo real por meio das redes técnicas e informacionais (CASTELLS, 2006).

No âmbito das políticas de planejamento e de desenvolvimento territorial no Brasil, a temática dos APLs parece ser um dos apelos atuais do governo federal e de alguns estados e municípios para fortalecimento da coordenação de aglomerados produtivos e para a promoção da competitividade e do desenvolvimento econômico dos territórios.

Nos Planos Plurianuais do Governo federal (2004-2007 e 2008-2011), constam os APLs como eixos centrais da política industrial e de desenvolvimento regional. Em agosto de 2004, foi instalado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL, por Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/2004, envolvendo 23 instituições (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste Finep, entre outros) com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do MDIC (Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, -APLs, com base na articulação de ações governamentais. Essa Portaria foi reeditada em 24/10/2005 (com a inclusão de mais instituições), em 31/10/2006 e em 24/04/2008. A atividade desse Grupo de Trabalho foi focalizada, inicialmente, em onze APLs pilotos, distribuídos nas cinco regiões do país, com o propósito de testar uma metodologia de atuação integrada (<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>).

É possível reconhecer a existência de um arranjo produtivo local a partir de um conjunto de variáveis, presentes em graus diferentes de intensidade. Pelo Termo de Referência para Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais elaborado pelo GTP APL, um APL deve ter a seguinte caracterização: Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; Compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas e médias empresas. (<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>).

Ações em torno de APLs (**Tabela 3**) tiveram a atenção de outros atores e instituições como o Sebrae (Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Caixa Econômica Federal, FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), entre outros. Nesse contexto, em 2004, o GTP APL, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, consolidou a identificação dos APLs existentes no país (2004), com a participação de onze instituições do Grupo de Trabalho, registrando o total de 460 diferentes arranjos produtivos em todo o país.

Tabela 1. Exemplos de atuação em APLs no Brasil

INSTITUIÇÕES	DEFINIÇÃO	PROJETOS EXISTENTES
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Um APL deve ter número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas, médias e grandes empresas.	Juazeiro/Petrolina (fruticultura irrigada), Araripina (gesso), Brasília (confeccções), Cachoeiro do Itapemirim (rochas ornamentais), Caxias do Sul (metal-mecânico), Franca (calçados masculinos), Jaraguá (confeccções), Nova Friburgo (confeccções moda íntima), Paragominas (móveis), Ubá (móveis) e Apucarana (confeccções bonés)
SEBRAE Nacional – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas empresas	Os Arranjos Produtivos Locais são redes de empresas que operam em uma determinada área geográfica e colaboram para conseguir maior eficiência e competitividade.	Polo moveleiro em Paragominas - PA, o distrito calçadista de Campina Grande - PB, o pólo de moda íntima em Nova Friburgo – RJ, o polo de confeccções e artesanato de Tobias Barreto – SE, Polo de horticultura do Agreste – AL.

Continuação

INSTITUIÇÕES	DEFINIÇÃO	PROJETOS EXISTENTES
SEBRAE/SP	Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.	Jaú (Calçados femininos), Birigui (calçados infantis), Franca (calçados masculinos), Porto Ferreira (cerâmica), Ibitinga (artigos de cama, mesa e banho), de Tabatinga (confeccões de bicho de pelúcia e enxoval), Novo Horizonte (confeccões), Cerquilha/Tietê (confeção infantil), S.J. do Rio Preto (equipamentos médico-odontológicos), Limeira (folheados), ABC (metal-mecânico, móveis e plásticos), Itatiba e Mirassol (móveis), região de Americana (têxtil e confecção)
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Uma concentração espacial e setorial de empresas e instituições que se inter-relacionam, dando uma característica dinâmica própria de uma determinada região.	Ibitinga (confeccões), Mirassol (móveis), Limeira (Bijuterias), Vargem Grande do Sul, Tambaú, Tatuí e Itu (Cerâmica Vermelha), e São José do Rio Preto (Jóias).
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo	Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) se caracterizam por ser uma concentração geográfica de um número significativo de empresas, principalmente pequenas e médias, de um mesmo setor ou mesma cadeia produtiva, que mantêm algum vínculo de cooperação entre si e com outros agentes públicos e privados.	Americana (têxtil e confeccões), Birigui (calçados infantis), Cerquilha/Tietê (confeccões), Diadema (cosméticos), Franca (calçados masculinos), Grande ABC (transformados plásticos e metal-mecânico), Holambra (flores), Ibitinga (bordados de cama, mesa e banho), Itu (cerâmica vermelha), Jaú (calçados femininos), Limeira (semijoias), Mirassol (móveis), Panorama (cerâmica vermelha), Piracicaba (cadeia do etanol), RM de São Paulo (móveis), Ribeirão Preto (equipamentos médico-odontológicos), Santa Cruz do Rio Pardo (Couro e Calçados), São José do Rio Preto (Jóias de ouro), São José dos Campos (aeroespacial), Tabatinga (artefatos têxteis/pelúcias), Tabatinga, Tatuí e Vargem Grande do Sul (cerâmica vermelha)
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba	É caracterizada por ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.	Aqüicultura (norte de Minas Gerais, oeste da Bahia, lago de Sobradinho, lago de Itaparica, baixo São Francisco, centro-sul e oeste do Piauí), Apicultura (Norte de Minas, Ibotirama/BA, Araripe/Moxotó/S. Francisco/PE, Juazeiro/BA, Baixo S. Francisco em Sergipe e Alagoas, Piauí), Ovinocaprinocultura (Norte de Minas, oeste da Bahia, microrregião de Juazeiro/BA, Pajeú/S. Francisco/Araripe/PE, Sertão sergipano e alagoano, Piauí), Bovinocultura (Brasilândia) e Fruticultura (polo Petrolina e Juazeiro).
Sebrae/MG	São aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.	Macrorregião Sul: TI-Tecnologia da Informação, Malharia Retilínea, Móveis e Laticínios, Macrorregião Leste: Móveis, Suinocultura, Confeção e Aço Inox, Macrorregião Centro: Calçados, Confeção, Fogos de Artifício, Rochas Ornamentais, Petróleo e Gás e Fundação, Macrorregião Oeste: Cerâmica, Fruticultura, Confeção e Aço Inox, Macrorregião Norte: Fruticultura, Cachaça e Gemas e Jóias.

Continuação

INSTITUIÇÕES	DEFINIÇÃO	PROJETOS EXISTENTES
IEL – Instituto Euvaldo Lodi (Sistema FIEP-Federação das Indústrias do Estado do Paraná)	Termo que se usa para definir uma aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico.	Estado do Paraná: Apucarana (bonés), Arapongas (móveis), Cascavel/Toledo (equipamentos e implementos agrícolas), Campo Mourão (equipamentos médico-odontológicos), Cianorte (confeccões), Curitiba (equip. médico-odontológicos), Imbituva (malhas), Loanda (metais sanitários), Londrina (<i>softwares</i>), Paranavaí (mandioca), Ponta Grossa (móveis de metal), R.M. Norte de Curitiba (cal e calcário), Sudoeste do Paraná (confeccões), Terra Roxa (confeccão infantil), União da Vitória (madeira e esquadrias)
Rede Baiana de APLs (Interinstitucional, envolvendo Secretarias estaduais, Fapesb, Sebrae, Desenbahia e IEL)	São caracterizados por uma estreita cooperação entre governo, universidades, órgãos de pesquisas, órgãos de financiamento, centros de treinamento e apoio administrativo, todos em torno das empresas, na busca de resultados concretos que visam a geração de renda, emprego e conseqüentemente à melhoria das condições de vida da população.	Confeccões (Salvador), Rochas ornamentais (Ourolândia), Ferramentaria (Região metropolitana de Salvador), Cachaça (Abaira-Chapada da Diamantina), Flores (Maracás), Plásticos (RMS-Pólo de Camaçari), Sisal (Valente), Cerâmica Estrutural (Alagoinhas)
Redesist (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos produtivos e inovativos locais) – Envolve universidades e centros de pesquisa no Brasil-Sede no IE-UFRJ	São aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos de interdependência. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.	Acre (Indústrias Florestais-Xapuri), Amazonas (Floricultura-Manaus), Pará (Floricultura e Círio de Nazaré), Maranhão (Turístico-S. Luís), Piauí (Apicultura), Ceará (Pingo d'água, Ovinocaprinocultura, Turismo religioso-Juazeiro do Norte), R. G. do Norte (Têxtil-Natal, Bordados-Caicó), Paraíba (Coureiro-calçadista, confeccões e S. João-Campina Grande), Sergipe (Confeccões-Tobias Barreto), Bahia (Cacau-Sul baiano, Petróleo e Gás-Recôncavo, Confeccões e TI), Goiás (Confeccões-Jaraguá, Turismo-Pirenópolis), Mato Grosso do Sul (Mandioca-Sul, Turismo-Bonito/Bodoquena), Minas Gerais (Automotivo/Fiat-Betim, Redes de inovação-Grande BH, Calçadista-Nova Serrana, Moveleiro-Ubá), Espírito Santo (Siderurgia, Madeira, Metal-mecânico e Rochas ornamentais), Rio de Janeiro (Têxtil-confeccões, Softwares, Música-Conservatória, Rochas ornamentais), São Paulo (Móveis, Aeronáutico-S.J. dos Campos, Base tecnológica-S. Carlos, Telecomunicações-Campinas) Paraná (Soja, Inovação), Santa Catarina (Têxtil/vestuário-Vale do Itajaí, Softwares-Joinville, Turismo-Florianópolis, Cerâmica-Criciúma) e Rio Grande do Sul (Vinho, Fumageiro, Moveleiro-Serras Gaúchas, Máquinas e implementos agrícolas).

Organização: Elaborado pelo autor (fontes diversas).

Em termos práticos, houve o projeto resultante da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Promos (Agência de Promoção de Negócios da Câmara de Comércio de Milão) e o Sebrae para instalação de quatro APLs em municípios brasileiros: o polo moveleiro em Paragominas, no Pará; o distrito calçadista de Campina Grande, na Paraíba; o polo de moda íntima em Nova Friburgo, no Rio; e o polo de confeccões e artesanato em Tobias Barreto, em Sergipe. “O prazo de implantação é de três anos e o projeto vai custar US\$ 5,8 milhões, sendo US\$ 3,4 milhões do Sebrae, US\$ 2 milhões do BID e US\$ 400 mil da Promos”. (<http://www.comunidade.sebrae.com.br/promos/>).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também realizou parcerias com Secretarias estaduais para investimentos em APLs. No Rio de

Janeiro, em ação conjunta com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado, foram liberados US\$ 6 milhões para os APLs de moda-praia de Cabo Frio e de móveis da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (<http://www.imprensa.rj.gov.br>). No Paraná, em articulação com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Banco fez um empréstimo de US\$ 10 milhões para o desenvolvimento de APLs no Estado. (<http://www.redeaplmineral.org.br/noticias>).

Em São Paulo, através da ação com a Secretaria de Desenvolvimento, o Banco previra investir cerca de US\$ 20 milhões em quinze APLs-piloto no Estado⁴. Além disso, o Estado possui hoje um Programa Estadual de Fomento aos APLs do Estado, instituído pelo governador do estado através de Decreto lei de Sete de Agosto de 2009. Este programa autoriza o estabelecimento a realizar convênios com municípios do estado almejando, além da transferência de recursos para o incremento de cadeias produtivas, a descentralização do desenvolvimento produtivo, o aumento da competitividade de micro, pequenas e médias empresas, o empreendedorismo e cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio, órgãos da Administração Pública, universidades, institutos de pesquisa, desenvolvimento, inovação e centros de educação tecnológica. Na Bahia, através do projeto PROGREDIR, foram previstos investimentos em APLs na ordem de US\$ 16,6 milhões, com 60% desses recursos oriundos de empréstimos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Em alguns casos, existem APLs que participam de mais de um projeto, possuindo atuação institucional mais intensa. Esse é o caso de arranjo de calçados masculinos de Franca, que participa de projetos simultâneos do Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Sebrae/São Paulo e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Faz-se necessária a consideração de que o debate sobre APL e o uso dessa ferramenta como estratégia para organização de políticas públicas de desenvolvimento não é unanimidade no pensamento acadêmico. Alguns autores, como Brandão; Costa et al. (2006), criticam a aposta excessiva em modelos de desenvolvimento territorial como Distritos Industriais e Arranjos Produtivos Locais, pois concebem neles:

- a)** apologia ao “localismo” e ao desenvolvimento endógeno para desenvolver regiões periféricas, deixando de lado a relação supralocal das redes econômicas globais;
- b)** fragilidade institucional de modelos de arranjos de micro e pequenos negócios, subordinados aos outros níveis político-administrativos (Estadual, Federal);
- c)** associação dos interesses privados e empresariais (competitividade) com o interesse público, sobretudo em regiões com alta especialização produtiva;

⁴ Neste convênio foram contemplados os APL dos setores de: Calçados (Jaú, Franca e Birigui); Construção Civil (Itu, Tatuí, Tambaú e Vargem Grande do Sul); Móveis (Região Metropolitana e Noroeste Paulista); Confecção (Cerquilha, Tietê, Americana e Ibatinga); Plástico (Região do ABC); Álcool (APLA de Piracicaba); e Médico Odontológico (Ribeirão Preto). (http://www.planodenegocios.com.br/dinamica_novanoticia).

d) APLs em países periféricos ou subdesenvolvidos carecem da fraca articulação institucional e precariedade da rede de serviços locais necessárias ao funcionamento da indústria.

Fugindo aos extremos, devemos considerar os APLs (FUINI, 2012), em perspectiva de síntese:

a) Como expressões da realidade socioeconômica que se manifestam no território brasileiro por meio de aglomerações regionais de pequenos empreendimentos setoriais, e que por serem expressões da realidade social e econômica envolvem conflitos de interesses e lutas sociais veladas, revelando oportunidades e riscos, riqueza e pobreza;

b) Os APLs também não excluem outros formatos de políticas de desenvolvimento econômico e social, aparecendo em alguns contextos como estratégias complementares e, em outros como estratégias centrais;

c) Além disso, formatos de Arranjos e Distritos necessitam de políticas não somente locais ou municipais, mas também do apoio estadual e nacional, já que muitos instrumentos administrativos, financeiros e institucionais não são regulados no local;

d) Por fim, a discussão sobre APLs se coloca em um quadro maior referente aos caminhos possíveis de uma política nacional de desenvolvimento para o Brasil, possibilitando a complexificação de análises teóricas e empíricas no país sobre as possíveis estratégias de uso e apropriação dos territórios para o desenvolvimento.

Por isso, é cada vez mais comum no Brasil a aposta em redes de instituições para apoiar APLs, em estratégias articuladas em diversos níveis escalares e que fazem dialogar os diversos Arranjos de um mesmo Estado, trocando experiências em termos de cooperação, capacitação, inovação, etc.

Os APLs apresentam um caráter de plataforma de governança por conta dos vínculos cooperativos e Interorganizacionais que estabelecem em torno de um aglomerado setorial específico, que serve de base para construção de convenções e identidades comuns localizadas. Esses aglomerados têm como premissa a proximidade geográfica entre as empresas altamente especializadas, que desenvolvem redes e *linkages* com fornecedores, firmas subcontratadas e instituições de apoio.

Neste sentido, o setor e o território atuam como instâncias regulatórias importantes, definindo a governança como uma forma de coordenação do complexo industrial em sua base territorial. Além disso, por estabelecer uma relação entre a base produtiva e o território, o APL adquire também um caráter multidimensional (**Tabela 2**).

Tabela 2. As dimensões dos APLs

Dimensão	Características
1. Econômica	Refere-se aos ganhos propiciados pela economia de aglomeração (economias externas, de escala e escopo).
2. Geográfica	Abrange o território impactado direta ou indiretamente pela dinâmica dos atores públicos e privados do APL.
3. Tecnológica	O nível tecnológico e a capacidade de inovação interferem diretamente na competitividade e na consolidação dos aglomerados produtivos.
4. Ambiental	O contexto ambiental pode impor limitações ao desenvolvimento do APL, sobretudo considerando que o adensamento das atividades produtoras podem potencializar impactos indesejáveis (efluentes, resíduos, desmatamento, etc) ou apresentar vantagens – caso de APLs de base mineral, nos quais a disponibilidade de matérias-primas minerais em condições favoráveis de aproveitamento constitui em importante diferencial competitivo.
5. Institucional	As ações de grupos de indivíduos, formais e informais, e organizações diversas que atuam no território do APL influenciam a dinâmica e a distribuição dos ganhos econômicos e sociais dos APLs.
6. Governança	Diz respeito à capacidade de coordenação ou comando dos agentes que interagem no aglomerado (privados e públicos) no sentido da resolução de problemas comuns, acomodando interesses conflitantes, e que influencia decisivamente no desenvolvimento do APL.
7. Cooperação	As ações cooperadas permitem às micro, pequenas e médias empresas (MPMe) conquistarem níveis de eficiência e produtividade que de maneira isolada não seria atingíveis. Exemplos: intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e de mercado; realização de programas comuns – treinamento, eventos e feiras; realização de projetos conjuntos – adequação ambiental dos empreendimentos, melhoria de produtos e processos, etc.).

Fonte: IPT, 2005.

(http://www.infocentral.com.br/cta/revistas/vol_026/nr_3/6_Finalizad_v11n2a320.pdf).

Existem APLs em diferentes estágios de coordenação produtiva e institucional, refletindo cada qual o nível econômico e tecnológico adequado ao seu contexto regional e setorial. Santos; Diniz e Barbosa (2006) estabeleceram uma classificação para os APLs situados em ambientes periféricos, construindo um modelo analítico que caracteriza situação de aglomeração, arranjo potencial e, em perfil mais restrito, a noção de Arranjo Produtivo Local (**Quadro 1**).

FORMATOS EMPÍRICOS DE APLs	VANTAGENS COMPETITIVAS DE APLs
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Aglomeração setorial</i> de tamanho relativamente grande, com importante presença de médias ou pequenas empresas; - <i>Aglomerado de subunidades de criação ou firmas</i> com enfoque criativo de forma geral ou que exercem atividades de P&D; - <i>Aglomerado de firmas ou subunidades que necessitam da proximidade cliente-fornecedor</i> para facilitar o desenvolvimento conjunto, a troca de conhecimentos ou a readequação de condições de fornecimento; - <i>Aglomerado de empresas que se beneficiam da imagem mercadológica regional</i>; - <i>Cooperação institucionalizada com forte apoio de entidades governamentais</i>, que oferecem serviços complementares importantes ou capazes de induzir a reação do APL a ameaças ou oportunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>custos de transporte/armazenagem</i>, fiscais, alfandegários; - <i>custos de acesso</i> a insumos básicos; - <i>conhecimento tácito</i> estando ligado principalmente a atividades criativas ou artesanais e podendo estar associado a informações sobre gestão/comercialização, conhecimento de empresas concorrentes ou não e proximidade cognitiva com clientes; - <i>acesso facilitado a ativos, serviços ou bens públicos complementares</i> importantes para as empresas locais; - <i>a localização é fundamental à imagem mercadológica</i> das empresas do setor; - <i>a cooperação multilateral</i> é importante para a capacidade de reação coletiva a ameaças e oportunidades graças ao planejamento e à atuação da <i>cooperação institucionalizada</i>

Quadro 1. As vantagens competitivas locais em aglomerações e arranjos produtivos locais

Fonte: adaptado de Santos; Diniz; Barbosa (2006, p. 37-38).

Na consideração de Santos et al. (2006), um APL seria caracterizado pelas seguintes condições: concentração espacial de produção de bem ou serviço exportável para outra região; a localização como fonte de vantagem competitiva para firmas e subunidades de firmas; vantagens competitivas locais que atraem outras empresas, com efeitos em setores e cadeias específicas; vantagens que não se resumem a custos especiais (transportes, fiscais, alfandegários, acesso a insumos, etc.), mas que se realimentam com o crescimento do arranjo; conhecimento tácito (atividades criativas ou artesanais); acesso facilitado a ativos e serviços ou bens públicos complementares; imagem mercadológica ligada ao local e cooperação multilateral institucionalizada.

Mytelka; Farinelli (2000, apud SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004) diferenciam os APLs/*Clusters* em três categorias (*APL informal, organizado e inovador*), considerando os seguintes aspectos: liderança; tamanho das firmas, inovação; confiança; tecnologia; ligações; cooperação; competição; novos produtos e exportação. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (SDECT), por sua vez, segue em sua política específica a divisão dos aglomerados paulistas em três grandes grupos:

- a) **APLs consolidados**: importantes para o desenvolvimento local ou para o setor em que estão inseridos, com governança local consolidada;
- b) **APLs em desenvolvimento**: importantes ao desenvolvimento local ou com participação expressiva no setor industrial em que estão inseridos, embora sem uma governança consolidada;
- c) **APLs embrionários**: concentrações de empresas com pouca representatividade para o setor industrial, mas com potencial para o desenvolvimento da economia local; sem governança consolidada.

A Secretaria passa a reconhecer um APL quando o considera consolidado, como o fez com o segmento de couro e calçados de Sta. Cruz do Rio Pardo, na RGO. Para uma aglomeração se tornar um APL, segundo o "Manual da Fiesp e do MDICEx", é necessário existir uma liderança com protagonismo local e um nível mínimo de organização e coordenação socioinstitucional. Apenas a concentração industrial de couro e calçados é oficialmente denominada de APL, pelo Programa de fomento específico do Governo estadual.

No entanto, apesar das evidências empíricas, a política estadual coloca que o APL calçadista é apenas manifestado em um município, e não regionalmente. Assim, utilizaremos essa metodologia para análise de outros casos na região e retomaremos a **Tabela 2** e seus **tópicos 1 e 2**, a fim de configurar neste excerto, e de forma preliminar, o quadro econômico e geográfico de identificação e caracterização de novos APLs na RGO.

APLs e aglomerações industriais na Região de Governo de Ourinhos (RGO)

Distando aproximadamente 400 km da capital São Paulo, Ourinhos é um município paulista com uma população de mais de 100.000 habitantes (IBGE, 2010). Sua área urbana se destaca pela concentração de serviços e por algumas importantes indústrias instaladas, o que lhe garante uma posição de destaque na regionalização estadual, constituindo-se em um polo econômico que comanda sua região de governo.

Sua formação e seu desenvolvimento acompanham os diferentes ciclos econômicos ocorridos no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo, que vão desde o início do século XX, com a expansão cafeeira para o Oeste paulista, até o atual século XXI, quando se estabelece o predomínio do agronegócio por meio da monocultura da cana-de-açúcar.

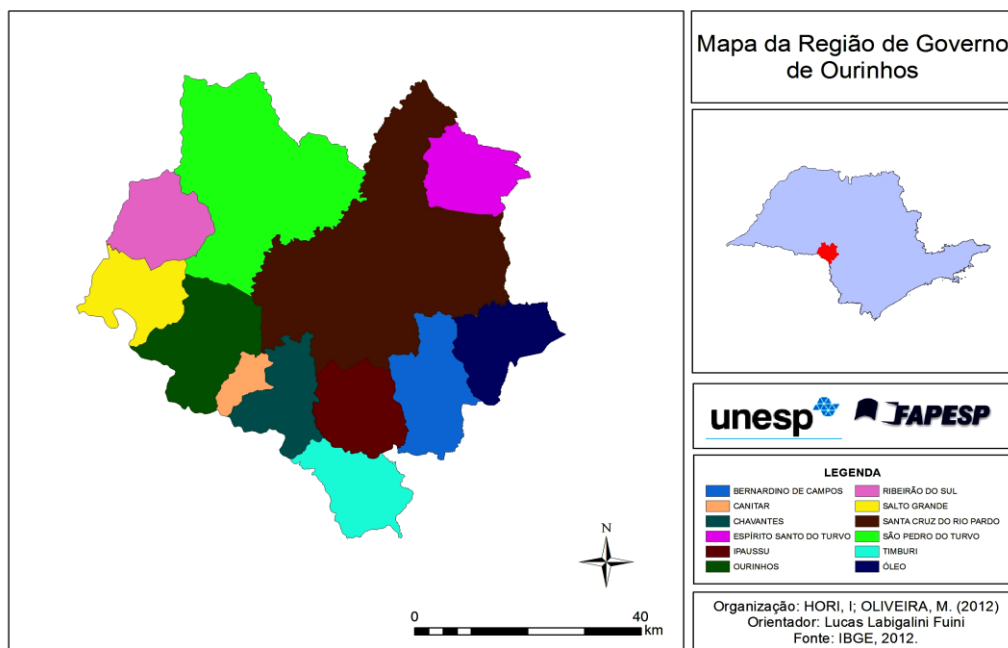


Figura 1. Região de governo de Ourinhos e seus municípios

Segundo Selani (2005, apud BOSCARIOL, 2008), os primeiros núcleos urbanos fundados nessa região foram: Santa Cruz do Rio Pardo, São João e São Pedro. Com o desmembramento desses três núcleos, surgiram progressivamente, entre os anos de 1881 a 1991, os municípios que definiram a região.

É importante lembrar que a construção deste espaço remonta à expansão do processo de agroindustrialização e ao desenvolvimento da malha viária

(ferrovias e rodovias) pelo interior do estado de São Paulo. Tais processos desencadearam um crescimento populacional (**Tabela 4**) que, juntamente com as características advindas da agroindústria canavieira⁵, possibilitaram a evolução do grau de urbanização em consequência do esvaziamento do campo, dinamizando setores econômicos da região, como as atividades de comércio e serviços, através da consolidação de um mercado consumidor e da recente mão de obra urbana ociosa.

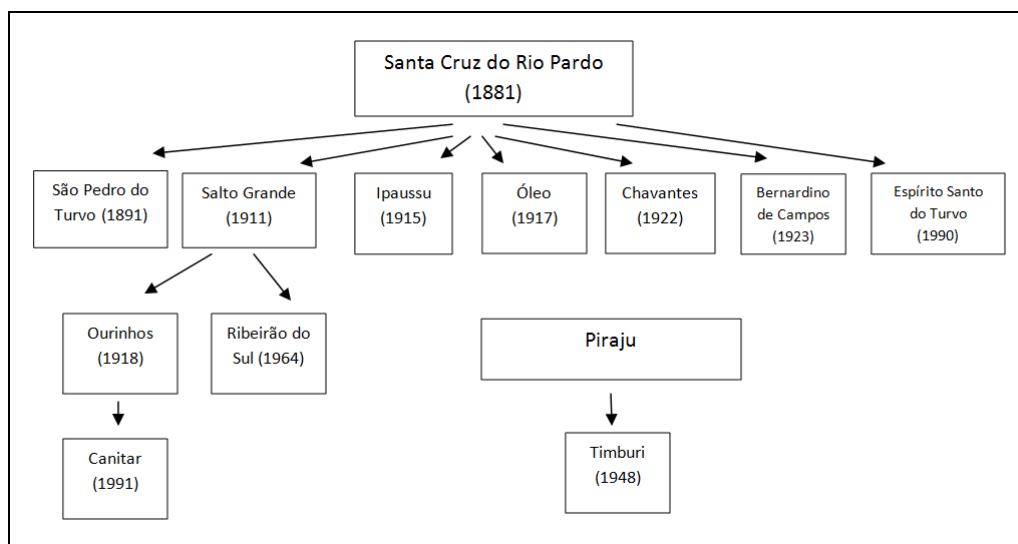


Figura 2. Histórico da formação da região de governo de Ourinhos

Fonte: SEADE, 2007. Elaborado por Hori (2012).

Tabela 3. Crescimento populacional da região de governo de ourinhos (1980-2010)

Localidade	1980	1990	2000	2010
Bernardino de Campos	8.974	9.935	10.713	10.775
Canitar	NA	NA	3.469	4.361
Chavantes	12.961	14.035	12.189	12.115
Espírito Santo do Turvo	NA	NA	3.670	4.239
Ipaussu	10.206	11.292	12.542	13.653
Óleo	3.006	2.826	2.992	2.676
Ourinhos	59.499	74.978	93.693	102.955
Ribeirão do Sul	3.124	3.557	4.488	4.446
Salto Grande	7.004	7.645	8.437	8.784
Santa Cruz do Rio Pardo	33.522	38.895	40.876	43.895
São Pedro do Turvo	7.575	7.084	6.889	7.195
Timburi	3.327	2.900	2.732	2.647
Região de Governo de Ourinhos	149.198	173.147	202.690	217.741
Região Administrativa de Marília	679.342	776.717	886.735	940.347
Total do Estado de São Paulo	24.953.238	30.783.108	36.974.378	41.223.683

⁵ Com seu efeito concentrador de terras (latifúndios), expulsa grande parte da população rural que passa a migrar para a cidade.

Fonte: IBGE, 2011, Organizado por Hori (2012).

A concentração populacional acentuada no município de Ourinhos refere-se às influências das redes de transportes, que, a partir da sua materialização no território, revigoraram a centralidade regional, sendo responsáveis pela instalação de novas atividades e indústrias no município, dos ramos alimentício e madeireiro (Indústria e Comércio Marvi, Caninha Oncinha, Colchão Castor e Café Jaguari), além da vinda de unidades de distribuição de derivados de petróleo e combustíveis⁶ em meados da década de 1950. Em contraponto, ao se observar o entorno, nota-se o crescimento populacional irrisório ou até negativo de uma grande parte dos municípios constituintes, como é o caso de Chavantes, que passou de 14.035 habitantes, em 1991, para 12.115, em 2010, diante do crescimento positivo e constante de Ourinhos e de Santa Cruz do Rio Pardo, reforçando a tendência de concentração populacional nessas cidades através da migração intermunicipal.

Constata-se que todos os municípios da RG de Ourinhos obtiveram um crescimento positivo no grau de urbanização. No entanto, cidades como Óleo e Timburi apresentaram um processo mais lento em comparação aos pontos difusores da urbanização - Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo - com respectivamente, 97,42% e 91,42%, contra 65,96% de Óleo e 72,72% de Timburi em 2010. O decréscimo da população rural, então, foi menos acentuado, passando, em Óleo, de 1.957 pessoas em 1980 para 911 pessoas em 2010, ao passo que em Ourinhos a queda foi brusca, de 7.037 para 2.659 pessoas nesse mesmo período analisado.

Cabe lembrar que, a partir de fins da década de 1980, o esgotamento dos recursos do Estado Nacional arrefeceu a economia da RGO, sofrendo um processo de reestruturação produtiva e espacial nos anos 1990, à luz da busca pelo aumento da modernização e da competitividade territorial sob o prisma da "política macroeconômica neoliberal". Esse novo cenário levou à instituição de um novo movimento nacional denominado "guerra fiscal", ou "guerra global entre os lugares", marcando uma fase econômica desfavorável para a região de estudo, na qual muitas empresas e indústrias nela localizadas se realocaram em outros espaços (inclusive outros Estados da federação) mais dinâmicos e munidos de incentivos fiscais (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

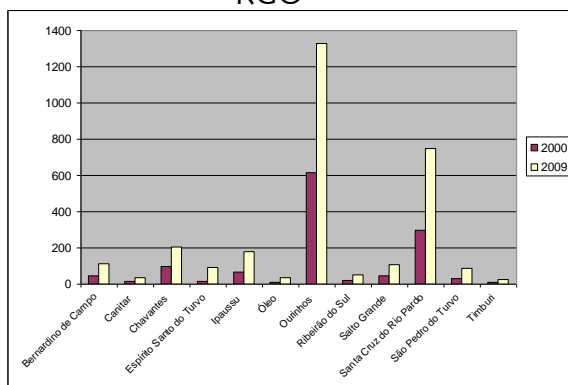
Tal deslocalização incipiente deu suporte às mudanças na estrutura econômica e industrial, com efeitos sobre diminuição da arrecadação e o desequilíbrio fiscal, gerando retração dos investimentos industriais locais. Paralelamente, outro setor da economia se desenvolvia: o setor de comércio e serviços, apresentando, entre 1990 a 2000, um aumento de 41,44% no número de estabelecimentos comerciais e aumentando significativamente sua participação no total do valor adicionado (VA) na RGO (SEADE, 2012).

⁶ Segundo Boscariol (2008), o petróleo e os seus derivados eram movimentados através da ferrovia e armazenados nestas unidades, para depois serem redistribuídos através das rodovias e vice-versa.

Atualmente, baseado nos dados de 2009, o contexto econômico da RGO de Ourinhos é caracterizado pela participação relevante do setor de serviços e comércio, o que contribui com 1.910,63 milhões de reais, representando, aproximadamente, 63% do total no valor adicionado, a indústria com 30% e a agropecuária com 7%. Dentre os 30% do valor adicionado da indústria, as principais cidades contribuintes são: Ourinhos (307 milhões), Santa Cruz do Rio Pardo (213 milhões), Chavantes (90 milhões) e Ipaussu (48 milhões), tendo no total das outras cidades o valor de 77 milhões de reais correntes. Ou seja, apenas 4 cidades concentram uma dinâmica industrial significativa, correspondendo a quase 75% do total, em contrapartida às outras 8 cidades que representam apenas 25% (SEADE).

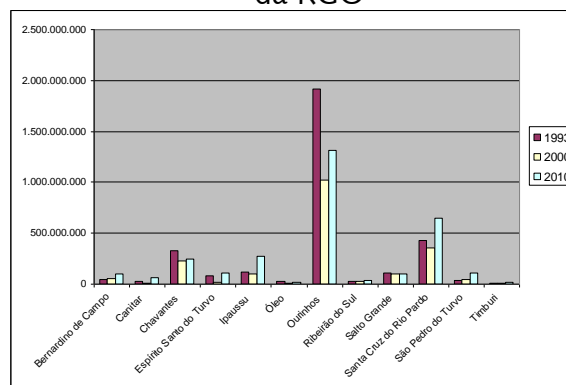
No que tange ao valor adicionado fiscal, dados que mostram o total arrecadado em impostos para cada fase da atividade econômica e social, nota-se a queda significativa dos valores de Ourinhos entre 1993 e 2000, com certa recuperação entre 2000 e 2010. Esse declínio reforça a hipótese da perda de dinamismo econômico do polo regional de Ourinhos, em movimento contrário ao apresentado pelo município de Santa Cruz do Rio Pardo, a despeito do pequeno declínio no VAF registrado entre 1993 e 2000. Tais dados mostram a mobilidade do conjunto da atividade econômica inerente à divisão territorial do trabalho interna à região, com crescimento da industrialização em Rio Pardo e aumento de atividade terciária e de serviços em Ourinhos.

Figura 3. Valor adicionado total da RGO



Fonte: Seade, 2000-2009.

Figura 4. Valor adicionado fiscal total da RGO



Fonte: Seade, 1993-2010.

Nossa análise sobre a dinâmica territorial da indústria na RGO se assenta em dois conceitos e ferramentas de análise da Geografia econômica: o de aglomeração econômica e o de APL. No Brasil, a transição de formas de concentração produtivas consideradas simples aglomerações para formas mais específicas de APLs vai depender da organização dos atores públicos e privados locais e sua articulação com os níveis estadual e federal que definem as políticas públicas de apoio e financiamento, articulando projetos específicos. Segundo Storper; Harrison (1994, p. 232), uma aglomeração territorial de empresas corresponde a (...)

(...) um conjunto de unidades de produção reunidas em um território bem delimitado, como a cidade ou a região. Estes conglomerados territoriais encontram-se muitas vezes, mas não necessariamente, virados para um mesmo setor de atividades, e podem ser constituídos, quer por um conjunto de unidades funcionalmente independentes entre si, quer por unidades pertencentes a um único e mesmo sistema *input-output* (atividades que concorrem para a produção de um bem comercializável), e por conseguinte, estreitamente interdependentes. Neste último caso, a divisão social do trabalho é localizada.

Em outro trabalho, Storper (2005) reafirma o poder da aglomeração na geografia econômica, reforçando o papel da localização industrial para o crescimento das cidades. No entanto, considerando exemplos dos Estados Unidos, o autor observa que as teorias da aglomeração têm progressivamente abandonado o fator "custos de transportes físicos" como elemento e mecanismo causal e se concentrado em transações imateriais, com foco na transmissão e intercâmbio de informações, conhecimentos e ideias. Portanto, um dos principais aspectos a diferenciar as aglomerações produtivas e suas relações em cadeia de insumo-produto (para frente e para trás) seria seu nível de coordenação entre atores e a governança, definindo o maior ou menor grau de territorialização das atividades econômicas.

Consideramos, portanto, as aglomerações como elementos importantes no desenvolvimento econômico de regiões e municípios, funcionando como catalizadores dos fluxos de investimentos públicos e privados. Buscando as origens da industrialização da região oeste paulista, mais especificamente da Região Administrativa de Marília, Mourão (2009) reconhece que a região (na qual se insere a RGO) não apresentava grande dinamismo industrial até os anos 1990. No entanto, os dados de valor adicionado da indústria mostravam que havia um pequeno crescimento, dado que sinalizava a existência de centros industriais de pequenas e médias empresas.

Assim, a industrialização regional pode ser explicada com base em duas teorias: a da desconcentração e descentralização industrial paulista, com a migração, a partir dos anos 1970, de plantas industriais da metrópole paulistana em direção ao interior, sobretudo em torno de determinados eixos rodoviários; e a perspectiva do crescimento e desenvolvimento local baseado em recursos e atores endógenos que foram responsáveis pelo surgimento de pequenos empreendimentos e pela especialização produtiva.

Consideramos que nenhuma dessas teorias consegue explicar *per se* as raízes da industrialização regional. O polo de produção de calçados de Jaú, por exemplo, tem como elemento de explicação histórica a existência de imigrantes que formaram oficinas de produção artesanal de calçados, produção essa posteriormente modernizada e ampliada em escala, com recursos de mão de obra locais qualificados ao ofício. O mesmo ocorre com a produção cerealista e arrozeira do município de Santa Cruz do Rio Pardo, dependente de empresários que cresceram junto com a cidade. Já o município de Ourinhos, por sua vez, apresenta dois distritos industriais que recebem empresas de porte médio e

grande, sendo algumas delas unidades produtivas de grupos industriais originários das aglomerações metropolitanas de Campinas e São Paulo. Conquanto, Ourinhos também é “berço” de pequenas olarias produtoras de artigos cerâmicos (telhas, tijolos e blocos), surgidas no município a partir dos anos 1940.

Portanto, poderíamos caracterizar a organização industrial regional como produto de uma divisão territorial do trabalho, que avançou no sentido de fortalecer a especialização da produção e de reforçar os vínculos de dependência tecnológicos e político-normativos da produção regional com a produção que se realiza em outros lugares, sobretudo aqueles que sediam cadeias de produção multinacionais e escritórios de grandes empresas globais. Os capitais locais, mesmo que partícipes inicialmente de uma lógica de industrialização eminentemente regional e nacional, acabam com o tempo sendo inseridos de forma subordinada às grandes redes de financiamento, inovação tecnológica e de distribuição e de comercialização, redes estas que operam geralmente no mercado nacional e internacional e que são controladas por oligopólios da indústria e dos serviços (SANTOS, SILVEIRA, 2010).

No plano da identificação estatística de aglomerações industriais, podemos utilizar vários tipos de coeficientes e indicadores. Na presente análise utilizaremos, como indicadores de concentração espacial de estabelecimentos industriais, os coeficientes de concentração e de especialização, disponibilizados estatisticamente pelo "Atlas da Competitividade Industrial da Fiesp" (www.fiesp.com.br/atlas). O coeficiente de concentração mostra o nível de representatividade de determinado segmento da atividade industrial municipal e regional em relação ao conjunto do Estado, sendo indicador importante para mostrar a dispersão ou concentração industrial no território estadual. Já o coeficiente de especialização mostra o peso que determinado segmento industrial apresenta no total da indústria municipal ou regional.

A realidade produtiva regional de Ourinhos nos mostra a implantação de 545 estabelecimentos da indústria, gerando um total de 14.232 vínculos empregatícios formais em 2010 (IBGE). Os vínculos empregatícios formais da indústria representam cerca de 28% do total de vínculos empregatícios formais, estando acima da média paulista que é de 22,53%. De 1991 a 2010, a industrialização da RGO, por número de estabelecimentos, apresentou expansão de 27,9%, abaixo da média paulista que foi de 31,8%. Já a produção industrial, em valor adicionado, aumentou cerca de 163,3% entre 2000 e 2009, em valores, em comparação com o aumento médio paulista que foi de 134,1%. Tais dados demonstram que a atividade industrial não pode ser desprezada no trabalho de explicação da realidade e dinâmica socioeconômica regional.

Em âmbito estadual, o montante da economia industrial da RGO (estabelecimentos, empregos e valor adicionado) não pode ser considerado expressivo para o conjunto da indústria. No entanto, é significativa a participação de determinados ramos e segmentos industriais em âmbito regional, sendo componentes fundamentais da “engrenagem” econômica de alguns municípios.

Considerando os dados de coeficiente de concentração de estabelecimentos da indústria/CCE (RAIS, 2010), quatro das atividades da indústria (divisão por dois

dígitos) apresentam mais do que 1% da produção estadual, sendo a atividade mais significativa da RGO para o conjunto paulista a de “Fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis”, com 2,06% dos estabelecimentos do segmento do Estado. Trata-se da cadeia produtiva de açúcar e de álcool comandada pelas usinas destiladoras de álcool instaladas na região, com destaque para os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo.

Com 1,44% de CCE aparece a atividade de “Fabricação de produtos de madeira”, com destaque para os municípios de Ipaussu e de Santa Cruz do Rio Pardo. Nesse caso, predominam pequenas oficinas de preparação de estruturas de madeira e de carpintaria para uso na construção civil. Com 1,26% aparece a atividade de “Fabricação de produtos alimentícios”, com destaque para os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Ourinhos. Duas atividades se destacam nesse segmento, a de “fabricação de amidos e féculas de vegetais e óleos de milho” e a de “fabricação de produtos de panificação”. E com cerca de 1,05% aparece a “Fabricação de produtos de minerais não metálicos”, com destaque para a atividade de “fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção civil”, sobretudo no município de Ourinhos.

Observa-se, mais especificamente através dos dados de coeficiente de especialização dos estabelecimentos industriais/CEE (**Tabela 4**), a existência de concentrações industriais (RAIS, 2010) nos segmentos de:

- **Fabricação de produtos alimentícios:** nos ramos de fabricação de laticínios, torrefação e moagem de café, fabricação de amidos, féculas vegetais e óleo de milho, beneficiamento/fabricação de arroz e farinha de mandioca, fabricação de biscoitos, produtos derivados do cacau e especiarias. Apresenta coeficientes de especialização de estabelecimentos relevantes nos municípios de Ribeirão do Sul (43,4%), São Pedro do Turvo (36,3%) e Bernardino de Campos (36,3%);
- **Confecção de artigos do vestuário e acessórios:** nos ramos de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas. Apresenta coeficiente de especialização de estabelecimentos relevantes nos municípios de Bernardino de Campos (45,4%), Óleo (25%) e Ipaussu (23,8%);
- **Fabricação de produtos de minerais não metálicos:** nos ramos de fabricação de produtos cerâmicos refratários e não refratários, com coeficientes de especialização relevantes no município de Ribeirão do Sul (21,7%), Canitar (20%) e Ourinhos (18,2%).

Tabela 4. Coeficientes de concentração e especialização de estabelecimentos da indústria em segmentos de atividade selecionados (CNAE-2 dígitos)

LOCALIDADE	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	PREPARAÇÃO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS
------------	-------------------------------------	--	---	-----------------------------------	---	--

Coefficientes (%)	CCE	CEE	CCE	CEE	CCE	CEE	CCE	CEE	CCE	CEE	CCE	CEE
Bernardino de Campo	0,12	36,3	0,06	45,4			0,06	4,5	0,2	2,2	0,01	2,2
Canitar		20							0,2	20	0,01	20
Chavantes		10,2	0,01	10,2			0,06	4				
Espírito Santo do Turvo	0,01	33,3		16,6					0,2	16,6		
Ipaussu	0,04	8,9	0,05	23,8			0,81	38,8			0,02	2,9
Óleo	0,01	50		25	0,01	25						
Ourinhos	0,33	12,9	0,14	13,8	0,02	0,6	0,09	0,9	0,2	0,3	0,75	18,2
Ribeirão do Sul		43,4		13							0,06	21,7
Salto Grande	0,05	20		5,7	0,01	2,8	0,06	5,7	0,2	2,8	0,02	5,
Santa Cruz do Rio Pardo	0,45	23,9	0,08	11,3	0,86	26,0	0,31	4,2	0,41	0,8	0,15	5
São Pedro do Turvo	0,06	36,3	0,01	22,7			0,03	4,5	0,6	13,6	0,01	4,5
Timburi	0,01	50		25								
Média da RG Ourinhos	1,26	28,7	0,4	17,7	0,91	4,54	1,44	5,23	2,06	4,7	1,05	6,7

Fonte: RAIS-2010, Organização: Fuini; Hori, 2012.

No entanto, apenas os dados de CEE não são suficientes para indicar a existência de aglomerações industriais na região, pois alguns pequenos municípios com industrialização insignificante podem indicar apenas um único estabelecimento de determinado segmento, conferindo ao indicador de especialização um valor extremamente elevado para tal municipalidade. O coeficiente de especialização, entretanto, nos auxilia na compreensão de que aglomerados e APLs refletem uma lógica regional e uma divisão territorial do trabalho que distribui desigualmente determinadas atividades e parcelas do trabalho para os municípios de uma vizinhança.

Diante dessa problemática de pesquisa, complementaremos o quadro analítico com dados do número de estabelecimentos da indústria nos segmentos já selecionados e considerados como relevantes na região. Desse modo, segundo dados da RAIS-2010 para dois dígitos, a RGO possui 62 estabelecimentos na "Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados", representando 70,2% da produção do segmento na Região Administrativa (RA) de Marília. Nesse segmento destacam-se as atividades de "Fabricação de calçados", que representa 83,5% da produção da RA e a atividade de "Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro", com 43,4% dessa indústria na RA. A atividade de "Fabricação de produtos de madeira" representa 39,3% dos estabelecimentos nesse segmento na RA, com destaque para a "fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis", com 44,04% dos estabelecimentos da RA. A atividade de "Fabricação de biocombustíveis" também tem significância, representando 58,8% do total de estabelecimento na atividade da RA, com uma população de 10 unidades produtivas.

A atividade de "Fabricação de minerais não metálicos" também tem forte expressão regional, sendo que os segmentos de "fabricação de produtos cerâmicos" e de "fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimentos,

gesso e outros materiais” representam, respectivamente, 63,09% e 21,5% da produção da RA de Marília.

Os segmentos de “fabricação de produtos alimentícios” e de “confecções de artigos de vestuário e acessórios” também aparecem como aglomerações com certa representatividade nos âmbitos regional e municipal. A RGO responde por 23,7% do total de estabelecimentos da Fabricação de produtos alimentícios da RA de Marília, com destaque para a atividade de “Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais”, que responde por 24,2% das unidades produtivas da RA. Neste espectro de atividades, podemos destacar a de “Fabricação de produtos de panificação”, que responde por 35,4% da produção da RA, “Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos de arroz”, que responde por 45,1% da produção regional e “Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente”, com 12,3% do conjunto de estabelecimentos formais da RA. A atividade de “Confecções de artigos de vestuário e acessórios” responde por 29,9% dos estabelecimentos da RA de Marília neste segmento, com destaque para a atividade de “confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas”, que representa 30,4% dos estabelecimentos produtivos da RA.

Temos assim um quadro das principais aglomerações industriais localizadas na RGO que poderiam ser resumidas, em termos de produtos principais e de municípios, da seguinte forma:

- **Cerâmica e artefatos de construção civil:** Ourinhos (59), Santa Cruz do Rio Pardo (12), Ribeirão do Sul (5) e Ipaussu (2);
- **Biocombustíveis e álcool:** São Pedro do Turvo (3), Santa Cruz do Rio Pardo (2) e outros cinco municípios com uma unidade produtiva;
- **Madeira:** Ipaussu (26); Santa Cruz do Rio Pardo (10) e Ourinhos (3);
- **Couro e calçados:** Santa Cruz do Rio Pardo (62) e Ourinhos (2);
- **Alimentício e cerealista:** Santa Cruz do Rio Pardo (57), Ourinhos (42), Bernardino de Campos (16);
- **Confecções de peças do vestuário:** Ourinhos (45); Santa Cruz do Rio Pardo (27); Bernardino de Campos (20) e Ipaussu (16).

Como se trata de um contexto espacial de distâncias relativamente pequenas entre municípios, é possível afirmar que as aglomerações industriais identificadas apresentam as seguintes características:

- Não são todas as aglomerações que controlam as principais etapas da cadeia produtiva dos segmentos industriais de que fazem parte. É o caso da aglomeração coureiro-calçadista, que não possui nenhum estabelecimento da atividade “Curtimento e outras preparações do couro” localizado na região;
- Destacam-se regionalmente segmentos que dependem diretamente de fontes de matérias-primas, como a produção de álcool combustível, cerâmica vermelha estrutural, de madeira e de cereais e amidos. São geralmente segmentos que apresentam baixo valor agregado por produto e possuem uma lógica de

localização que depende diretamente do acesso a terras a baixo custo e a fontes de suprimento (jazidas e plantações);

- Todas as aglomerações reportam sua origem a empresários nascidos ou fixados de longa data nos municípios da região, criando um saber local consolidado cultural e historicamente;

- O segmento sucro-alcooleiro reporta a uma forma de organização e dinâmica produtiva extrarregional, diferindo das demais aglomerações no que tange aos elementos tecnológicos, mercados consumidores, porte dos estabelecimentos, forma de recrutamento e qualificação da mão de obra, sistemas logísticos, entre outras questões. Se o critério “população de empresas regionalmente concentradas” for suficiente, poderíamos dizer que se trata de um APL potencial. Se o critério “de pequenos e médios empreendimentos” for necessário, deveríamos excluir essa aglomeração de tal classificação. No entanto, seguindo o referencial da política para APLs da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, poderíamos inserir a produção de álcool da RGO nessa lógica, pois que um dos APLs apoiados pela política estadual é o ligado à cadeia de produção de biocombustíveis da região de Piracicaba;

- As aglomerações industriais contam também, para seu funcionamento, com determinadas atividades intermediárias da indústria, como os serviços e o comércio, sobretudo no que tange ao fornecimento de equipamentos, máquinas e insumos, serviços de apoio jurídicos, tecnológicos, de pesquisa e ensino, serviços de logística de transportes e armazenamento e atividades comerciais varejistas e atacadistas, que tornam a dimensão dos aglomerados e APLs mais ampliada em termos econômicos e espaciais;

- Existe um movimento pendular de deslocamento de trabalhadores entre cidades da região para atender às demandas das atividades produtivas, sendo essa migração diária intrarregional uma forma de diminuir os custos de produção por meio da exploração de uma “bacia de mão de obra” mais ampla que a municipal e, também, como elemento que reforça o poderio econômico e os efeitos de polarização associados a Ourinhos e a Santa Cruz do Rio Pardo, principalmente.

Considerações finais

O fundamento básico da política de incentivos aos APLs e a outros modelos organizacionais similares é que significativa parcela das micro e pequenas empresas brasileiras operam na informalidade ou com métodos produtivos e organizacionais defasados, sendo necessário reverter esse quadro com estratégias que garantam o apoio técnico e institucional necessário para que concentrações industriais de pequenos estabelecimentos se tornem competitivas, visto que nesse segmento se gera significativa parte dos postos de trabalho no país.

Partindo dessa premissa, investigamos o quadro da produção industrial da Região de Governo de Ourinhos, buscando identificar suas principais aglomerações produtivas e caracterizar seu impacto econômico local e regional, em face do contexto ainda de pobreza material regional em uma formação histórica recente,

atrelada ao agronegócio e com instalação de importantes eixos logísticos que propiciaram o surgimento de indústrias locais, incrementadas pela desconcentração de estabelecimentos da "aglomeração macrometropolitana São Paulo-Campinas-Sorocaba".

Posto isso, nos propomos ir além da mera classificação oficial de APLs, que define na região apenas o APL calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo e, assim, fizemos a identificação de outras cinco aglomerações com forte impacto econômico local e regional e com desmembramento de cadeia produtiva para mais de um município de sua região.

Nesse viés, é oportuno considerar que podem existir outras aglomerações produtivas no estado de São Paulo e no Brasil, ou APLs embrionários, cujas dinâmicas produtivas e institucionais são desconhecidas e que se encontram em um "vácuo" de apoio político, técnico e financeiro, sendo colocados à margem das políticas oficiais de apoio e de crescimento econômico, podendo inclusive decrescer ou vir a desaparecer. Nesse sentido, destacaríamos as aglomerações produtoras de "cerâmica", "madeira", "confeccões" e "alimentos e cereais" localizadas na RGO.

A análise da dinâmica produtivo-industrial e territorial da RGO só se mostrará completa com a posterior identificação das principais instituições públicas e privadas, associativas, sindicais etc, que interagem com as atividades produtivas e que constroem suas estruturas de governança e definem as relações de poder e de lutas entre classes sociais presentes na dinâmica interna dos municípios e na relação entre eles.

No entanto, é possível ao menos afirmar que existem aglomerações produtivas locais representativas na RGO e que, mediante apoio político e financeiro, poderiam deixar de ser APLs embrionários e passar a ser considerados APLs em desenvolvimento, quiçá APLs consolidados. Se tal projeto é possível e/ou desejável economicamente e socialmente, somente o tempo, os estudos mais aprofundados e as alianças entre atores nos âmbitos local, regional e nacional conseguirão responder. Por enquanto, deixamos algumas pistas para a análise.

REFERÊNCIAS

BECATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica. In BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.), *As Regiões Ganadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOSCARIOL, Renan A. A formação e expansão urbana do município de Ourinhos. Em SILVEIRA, M. R., et al. *Ourinhos/SP: Formação e Desenvolvimento de uma*

Economia Regional e Demais Estudos. Bauru: Joarte Gráfica e Editora, 2011, 292 p.

BRANDÃO, C. A.; COSTA, E. J. M. da; ALVES, M. A. da S. Construir o espaço supralocal de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento: Os novos arranjos institucionais. In DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (org.), *Economia Regional e Urbana: Contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CASTELLS, Manuel. A. *Sociedade em Rede*. 4ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FUINI, Lucas Labigalini. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos produtivos locais (APLs) e Circuitos turísticos. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento local*, Campo Grande/MS, UCDB, v. 13, n., p. 93-104, jan./jun. de 2012.

GT-INTERMINISTERIAL SOBRE APL/GOVERNO FEDERAL. *Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*. Brasília, versão final, 2004.

LASTRES, Helena Maria M., CASSIOLATO, José Eduardo. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Em *Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em agosto de 2003.

LEBORGNE, Daniele.; LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva e ofensiva: Os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, C.; PRETECEILLE, E. (org.), *Reestruturação Urbana: Tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 17-43.

MOURÃO, Paulo Fernando C. Reestruturação produtiva e industrialização no oeste paulista. SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F.C., *Questões nacionais e regionais do Território Brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

PIRES, Elson. L. S.; MULLER, Geraldo.; VERDI, Adriana. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: Delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia, Ageteo/Unesp*, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PORTER, Michael. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1989.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2010.

SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. *Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. Revista do BNDES*, v.11, n. 22, p. 151-179, 2004.

SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. *Aglomerações, Arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locacionais. BNDES/Arranjos produtivos locais e Desenvolvimento. Versão preliminar. RJ: Área de Planejamento/Depro, 2006, p. 15-45.*

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia; PINHEIRO, S. S. *Relações de Produção e de Trabalho na Indústria, particularmente na de Confecções: Uma Abordagem teórica (I). Geografia, Ageteo – Rio Claro, v.19, n.2, p. 1-35, Outubro, 1994.*

SISTEMA FIESP; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDICEx). *Manual de atuação em Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: Dep. de Competitividade e Tecnologia da Fiesp/Dep. de MPMes, 2004.

STORPER, Michael; VENABLES, Antony J. *O burburinho: A força econômica da cidade. Em DINIZ, C.C; LEMOS, M. B., Economia e Território. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.*

STORPER, Michael; HARRISON, Bennet. *Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90. In BENKO, G. e*

LIPIETZ, A (org.), *As Regiões Ganadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, p. 171-188, 1994.

Submetido em 24/09/2012

Aprovado em 04/02/2014

Sobre a autora

Lucas Labigalini Fuini

Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Campus de Ourinhos. É coordenador do Projeto de Pesquisa Fapesp “Exemplos da governança territorial no Brasil: Um estudo de APLs na região de Ourinhos” e pesquisador associado do Projeto Fapesp “As modalidades de Governança territorial no Estado de São Paulo”, coordenado pelo Prof. Dr. Elson L. S. Pires, na Unesp-Rio Claro.

Endereço: Av. Vitalina Marcusso, 1500, Campus Universitário. 19910-206 – Ourinhos - SP - Brasil

E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br

Ivana Iyulka Hori

Licenciada em Geografia e aluna do curso de bacharelado em Geografia da Unesp-Ourinhos. É bolsista de treinamento técnico da Fapesp.

E-mail: ivanaih@hotmail.com